



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO ATENDENDO À SOLICITAÇÃO DO VEREADOR JOSÉ JARBAS PARA TRATAR SOBRE A POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARIANA O PROGRAMA REFIS, REFERENTE AO PARCALAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, NO DIA SEIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZOITO (06-08-2018).

No dia seis de agosto de dois mil e dezoito, na Câmara Municipal de Mariana, às treze horas e quarenta minutos, realizou-se a reunião interna entre os vereadores José Jarbas, Ronaldo Bento, Geraldo Sales, Marcelo Macedo, os representantes do executivo: o Secretário Municipal de Fazenda, Sr. José Carlos Sampaio; Subprocurador Municipal, Aurimar da Silva; Sr. Antônio Gomes, Gestor Administrativo; e os representantes da ACIAM, Sr. Rubens de Souza Nunes; Sr. Denis Almeida dos Reis e a Sra. Ana Cristina Mol; para tratarem sobre a possibilidade de implantação no Município de Mariana do Programa Refis (referente ao parcelamento de débitos tributários municipais). Com a palavra, o vereador José Jarbas solicita um parecer jurídico sobre o possível impedimento de implantação do Refis por estar em época eleitoral. O subprocurador Aurimar ressalta que é preciso se atentar ao artigo 14 da lei da responsabilidade fiscal sobre o impacto financeiro nos dois anos seguintes. É preciso se atentar para a perda da receita municipal com a implantação do Refis e como isso será compensado. O vereador José Jarbas disse que uma das possibilidades é de a Fundação Renova compensar a perda financeira do município. O vereador José Jarbas pediu que a prefeitura faça um levantamento desse impacto. O vereador disse que hoje na faculdade FAMA a demanda de alunos caiu consideravelmente devido à dificuldade financeira da população marianense. Após o rompimento da barragem da Samarco, houve grandes impactos financeiros e sociais negativos no município. O vereador José Jarbas pediu um levantamento sobre o quantitativo de empresas fechadas e o que está em aberto aqui em Mariana devido a esses impactos negativos na cidade. Com a palavra, o vereador solicitou à Secretaria de Fazenda um relatório apresentando os impactos em termos de aumento exponencial de impostos na cidade. Na época do último ano da anistia, em 2013, em comparação aos sete primeiros meses do ano de 2018, Sr. Aurimar disse que teve aproximadamente 125% no aumento de arrecadação da dívida ativa. Na reunião, foi proposto que o parcelamento fosse feito em trinta e seis vezes ao invés de doze vezes, atualmente previsto, para pessoas físicas e jurídicas. O subprocurador disse que a resposta do município em relação às solicitações e sugestões expostas na reunião é até trinta dias. O subprocurador disse que há um convênio do município com o Tribunal de Justiça para cumprimento da lei. Esse convênio tem por objetivo a execução fiscal eficiente. O vereador José Jarbas pediu para que a Secretaria da Fazenda e a Procuradoria venham à Casa apresentar esse convênio para que a população tenha acesso a essas informações, dia vinte e sete de agosto, na reunião ordinária, com a presença da ACIAM, Sindicatos, servidores e associações de bairro. O vereador José Jarbas disse que o Refis seja implantado para atender dentro da situação atual da população. O vereador questionou como o município vai vislumbrar a questão de treze mil desempregados, a respeito de protestos, se serão levados à justiça tendo em vista a realidade dessas pessoas. A equipe da prefeitura não soube informar a quantidade de pessoas que estão devendo abaixo de quatro mil reais ao município serão levadas ao cartório e nem a quantidade de empresas. O vereador José Jarbas pediu o quantitativo das pessoas físicas e jurídicas que devem acima de quatro mil e que serão levadas a protestos e da execução judicial. O vereador Geraldo solicitou o valor que a prefeitura arrecadou dos cartórios, por cartório, e quais providências tomadas. O vereador disse que é um absurdo a cobrança de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

10 % dos honorários advocatícios na execução da cobrança de contribuintes. O vereador disse que o município deve dar a oportunidade de os devedores quitarem suas dívidas. Sr. Aurimas disse que a cobrança dos honorários est embasada no Novo Código do Processo Civil em relação às ações de execuções fiscais ajuizadas. O vereador José Jarbas pediu uma resposta formal sobre essa cobrança dos honorários advocatícios. A próxima reunião será dia dez de setembro, às quatorze horas, na Câmara, com a apresentação do estudo pela prefeitura. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às quatorze horas e trinta e sete minutos.

Handwritten signatures and notes in blue ink:
- Top left: "Aurimas" (signature)
- Top center: "José Jarbas" (signature)
- Top right: "Summa Marcelo de Souza" (signature)
- Middle left: "José Jarbas" (signature)
- Middle center: "José Jarbas" (signature)
- Middle right: "José Jarbas" (signature)
- Bottom left: "José Jarbas" (signature)
- Bottom center: "José Jarbas" (signature)